

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ofício nº 134/GAB/2022.

Ubá, 09 de junho de 2022.

Exmo. Sr.

**VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS**

Presidente da Câmara Municipal de Ubá

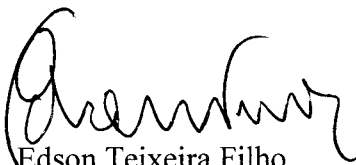
NESTA

Senhor Presidente,

Consignando a V.Exa. e ilustres Pares a expressão de meus respeitosos cumprimentos, comunico a essa douta Edilidade que, fundamentado no art. 84, § 2º da Lei Orgânica Ubaense, vi-me no imperativo de opor veto total ao Projeto de Lei nº 2/2022, que *dispõe sobre a compra e venda de sucata e peças avulsas no âmbito do Município de Ubá e dá outras providências*.

Encaminho, anexo, cópia de parecer exarado pela Gerência da Divisão de Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas do Município de Ubá, cujo teor adoto como “razões do veto”.

Atenciosamente,

  
Edson Teixeira Filho  
Prefeito de Ubá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

Ubá, 07 de junho de 2022.

**Ofício DFAOP/UNIFIS/Nº 096/2022**

**INTERESSADO: Requerimento de análise do mérito do Projeto de Lei pela Divisão de Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas.**

- **Projeto de Lei nº 2/2022** (Dispõe sobre a compra e venda de sucata e peças avulsas no âmbito do Município de Ubá e dá outras providências)

**PARECER**

**DAS RAZÕES:**

Atendendo a solicitação do Prefeito sobre o mérito do Projeto de Lei nº 2/2022 e seu impacto sobre as ações futuras da Fiscalização Municipal, exponho as razões do parecer para, ao final, apresentar a decisão desta gerência.

Inicialmente, cumpre destacar que o referido Projeto de Lei ultrapassa os limites da competência municipal para legislar sobre matéria de cunho estadual.

A matéria de fundo do Projeto de Lei nº 2/2022 busca regulamentar a atividade de compra e venda de sucatas e peças avulsas. Ora, a operação de compra e venda está sujeita a regramento próprio, já que sobre a mesma incide o ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

Assim determina o Art. 155 da Constituição da República:

*“Art. 155 - **Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:***

*(...)*

***II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)”. (grifado)***

Neste sentido, cito a **LEI 6763 DE 26/12/1975** que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências (Vide: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=6763&ano=1975> - consulta realizada em 07/06/2022).



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

Em seu CAPÍTULO II, citada Lei Estadual trata dos Impostos, discriminando-os em seu art. 3º, senão vejamos:

***“Art. 3º - Os impostos de competência do Estado são os seguintes:***

***I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);***

***(...)” (grifado).***

Não bastasse a explícita vedação evitando conflito de competência, as medidas determinadas pelo Projeto de Lei nº 02/2022, como “manter o registro das informações sobre a procedência dos fios, etc... (Art. 1º)”, já são exigidas pela Lei Estadual, como verificamos em seu CAPÍTULO X, que trata “Do Documentário e da Escrita Fiscal”.

Seguindo o raciocínio, seu art. 39 é explícito:

***“Art. 39 - Os livros e documentos fiscais relativos ao imposto serão definidos em regulamento, que também disporá sobre todas as exigências formais e operacionais a eles relacionadas. (Caput com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.562, de 27/12/1991.)***  
***(grifado)***

Continuando, o CAPÍTULO XII da Lei Estadual vem tratar “Das Mercadorias e Efeitos Fiscais em Situação Irregular”. Os artigos 42 e seguintes tratam de forma específica de mercadorias encontradas sem os documentos fiscais ou acobertadas por documentação inidônea.

***“Art. 42 - Poderão ser apreendidas mercadorias, observado o disposto em regulamento, quando:***

***I - transportadas ou encontradas sem os documentos fiscais;***

***II - acobertadas por documentação fiscal falsa ou ideologicamente falsa;***

***III - transportadas ou encontradas com documento fiscal que indique remetente ou destinatário que não estejam no exercício regular de suas atividades;***

***(...)***

***Art. 44 - Depende autorização judicial a busca e apreensão de mercadorias, documentos, papéis, livros fiscais, equipamentos, meios, programas e arquivos eletrônicos ou outros objetos quando não estejam em dependências de estabelecimento comercial, industrial, produtor ou profissional.***

***Parágrafo único - A busca e a apreensão de que trata o caput deste artigo também dependerá de autorização judicial quando o estabelecimento comercial, industrial, produtor ou profissional for utilizado como moradia.” (grifado)***

Por fim, temos que citar o seu CAPÍTULO XIII, que trata “Da Fiscalização”, ou seja, aponta a competência para a fiscalização de transações que envolvam compra e venda,



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

atividade alvo do Projeto de Lei nº 2/2022. Colaciono os artigos 49 e 59, apenas para ilustrar a tese até aqui defendida.

*“Art. 49 - A fiscalização do imposto compete à Secretaria de Estado de Fazenda, observado o disposto no art. 201 desta Lei.*

*§ 1º - Para os efeitos da fiscalização do imposto, é considerada como subsidiária a legislação tributária federal.*

*§ 2º - Aplicam-se subsidiariamente aos contribuintes do ICMS as presunções de omissão de receita existentes na legislação de regência dos tributos federais.*

*§ 3º - Para os efeitos da legislação tributária, à exceção do disposto no art. 4º, inciso VI, da Lei nº. 13.515, de 7 de abril de 2000, não tem aplicação qualquer disposição legal excludente ou limitativa:*

*I - do direito de examinar mercadoria, livro, arquivo, documento, papel, meio eletrônico, com efeitos comerciais ou fiscais, dos contribuintes do imposto, ou da obrigação destes de exibi-los;*

*II - do acesso do funcionário fiscal a local onde deva ser exercida a fiscalização do imposto, condicionada à apresentação de identidade funcional, sem qualquer outra formalidade.*

*Art. 50 - São de exibição obrigatória ao Fisco:*

*I - mercadorias e bens;*

*II - livros, documentos, arquivos, programas e meios eletrônicos pertinentes à escrita comercial ou fiscal;*

*III - livros, documentos, arquivos, programas e meios eletrônicos que envolvam, direta ou indiretamente, matéria de interesse tributário.*

*§ 1º - Na hipótese de recusa de exibição de elemento relacionado nos incisos do caput deste artigo, o agente do Fisco poderá lacrar móvel, equipamento ou depósito em que possivelmente esteja, lavrando Auto de Recusa e Lacração, sem prejuízo de outras medidas legais, solicitando de imediato à autoridade fiscal a que estiver subordinado as providências necessárias, nos termos de regulamento.” (grifado)*

O Projeto de Lei nº 2/2022 em seu Art. 2º qualifica o comerciante de sucata, ferro-velho e outros, de modo que se adeque às obrigações e penalidades do seu texto legal, todavia, o RICMS/2002 - Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (Decreto nº 43.080/2002) já cuidou de tal questão.

Para tanto, trago ao conhecimento o texto dos artigos 218; 219 e 220 do Anexo IX, CAPÍTULO XXI “Das Operações Relativas a Lingote e Tarugo de Metal Não Ferroso, Sucata, Aparas, resíduo ou Fragmento de Mercadoria”:

*“Art. 218. O pagamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de lingote ou tarugo de metal não ferroso, classificados nas posições 7401, 7402, 7403, 7404, 7405, 7501,*



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

7502, 7503, 7601, 7602, 7801, 7802, 7901, 7902, 8001 e 8002 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado (NBM/SH - com o sistema de classificação adotado até 31 de dezembro de 1996), e **de sucata, apara, resíduo ou fragmento de mercadoria fica diferido para o momento em que ocorrer a saída:**

*I - para consumo, exceto em processo de industrialização;*

*II - para fora do Estado;*

*III - de estabelecimento industrial situado no Estado, do produto resultante do processo de industrialização, no qual foram consumidos ou utilizados.*

§ 1º O diferimento de que trata este artigo será autorizado mediante regime especial concedido pelo Superintendente de Tributação, relativamente ao produto classificado na posição 7601 da NBM/SH, excetuadas as saídas de liga de alumínio secundário produzida a partir de sucata e de desoxidante de alumínio.

§ 2º Mediante regime especial concedido pelo Superintendente de Tributação, o diferimento do pagamento do imposto incidente nas saídas de liga de alumínio secundário produzida a partir de sucata e de desoxidante de alumínio poderá ser parcial, resultando em carga tributária de 12% (doze por cento).

**Art. 219. Considera-se:**

*I - sucata, apara, resíduo ou fragmento, a mercadoria, ou parcela desta, que não se preste para a mesma finalidade para a qual foi produzida, assim como: papel usado, ferro velho, cacos de vidro, fragmentos e resíduos de plástico, de tecido e de outras mercadorias;*

*II - enquadrada no inciso anterior, a mercadoria conceituada como objeto usado nos termos do item 11 da Parte 1 do Anexo IV, quando destinada à utilização, como matéria-prima ou material secundário, em estabelecimento industrial.*

**Art. 220. Para o efeito da definição contida no artigo anterior, é irrelevante:**

*I - que a parcela de mercadoria possa ser comercializada em unidade distinta;*

*II - que a mercadoria, ou sua parcela, conserve a mesma natureza de quando originariamente produzida.” (grifado)*

Como visto, a atividade já é conhecida e devidamente tratada pela legislação estadual, competindo ao Estado de Minas Gerais a obrigação pelo controle e fiscalização das atividades de compra e venda de sucatas, ferro-velho e afins.

Não deve, e não pode, o município de Ubá atrair para si a obrigação de fiscalizar tais estabelecimentos. Somente deve fazê-lo na esfera de sua competência verificando a existência de Alvará de Localização e Funcionamento, Alvará Sanitário (quando couber) e Licença ou dispensa ambiental. Caso exista alguma prestação de serviços atrelada à atividade, caberá ao município a fiscalização e cobrança de ISSQN.

Se faz necessária, ainda, uma breve abordagem sobre a questão do furto e roubo de fios e equipamentos elétricos, como forma de prevenção ao crescimento do crime



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

organizado em Ubá. Aqui também há um excesso de pretensão do Projeto de Lei nº 2/2022, já que esta questão deve ser fruto de ações preventivas de inteligência das polícias civil e militar, bem como de ações efetivas de busca e apreensão das mercadorias provenientes de atos criminosos.

Receptação é crime, tipificado no artigo 180 do Código Penal, Decreto Lei nº 2.849 de 07 de dezembro de 1940:

***“Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)***

*Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

*Receptação qualificada (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

***§ 1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)***

*Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

***§ 2º - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)***

***§ 3º - Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)***

*Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

***§ 4º - A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)***

***§ 5º - Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)***

***§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.531, de 2017)***

*Receptação de animal*

***Art. 180-A. Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito ou vender, com a finalidade de produção ou de comercialização, semovente domesticável de***



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ  
SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBIENTE E MOBILIDADE URBANA  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, OBRAS E POSTURAS

*produção, ainda que abatido ou dividido em partes, que deve saber ser produto de crime: (Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016)*

*Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.330, de 2016)”.*

**DO PARECER:**

Por todo o exposto, considerando o conflito de competência suscitado pelo Projeto de Lei nº 2/2022 com a legislação estadual; considerando a impossibilidade de inspeção pelos fiscais da Divisão de Fiscalização Tributária e Divisão de Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas e, por fim, a obrigação de repressão e combate ao crime a ser exercidas pelas polícias do Estado de Minas Gerais, é o parecer deste Gerente da Divisão de Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas pelo veto integral do Ilmº Prefeito de Ubá ao Projeto de Lei nº 2/2022.

**TÚLIO CÉSAR DE LUCCA PEREIRA**

Gerente de Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas - SMAMU  
Matrícula 14167



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI Nº 2/2022

*Dispõe sobre a compra e venda de sucata e peças avulsas no âmbito do Município de Ubá e dá outras providências.*

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos de comercialização de sucata, ferro-velho, reciclagem e afins, no Município de Ubá, ficam obrigados a manter o registro das informações sobre a procedência dos fios, cabos, elementos de rede, equipamentos, materiais e artefatos provenientes de serviços de telefonia, mensagens telegráficas, transferência de dados ou fornecimento de energia, informando a origem e o responsável pelo fornecimento do produto adquirido.

§ 1º O registro será efetuado da seguinte forma:

I - Manual: realizado em livro próprio com folhas numeradas, com a finalidade de inscrever os dados exigidos nesta Lei;

II - Eletrônico: realizado em sistema informatizado, mantido pelo estabelecimento, com a finalidade de armazenar e disponibilizar os dados exigidos nesta Lei.

§ 2º Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei deverão registrar os dados de qualificação do fornecedor, tais como nome:

I - Documento (RG, CPF, CNPJ);

II - Telefone, se houver;

III - Endereço;

IV - Dados de origem do material; e

V - Quantidade do material adquirido.

§ 3º Ao se tratar de material oriundo de doação ou inutilização, o responsável deverá manter documento de declaração feito pelo doador do material contendo os dados descritos no parágrafo anterior.

Art. 2º Considera-se comerciante de sucata, ferro-velho, reciclagem e assemelhados toda e qualquer pessoa física ou jurídica que colete, adquira, tenha em depósito, utilize como matéria prima,





# **CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

recicle, beneficie, compacte, exponha à venda, venda, conduza ou transporte material metálico procedente de anterior uso comercial, residencial, industrial ou de concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, ainda que a título gratuito.

Art. 3º Os estabelecimentos que não mantiverem os registros estabelecidos nesta Lei, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - Multa de 250 (duzentas e cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais – UFEMG, por quilo de cobre, ferro, chumbo, bronze e/ou alumínio em seu poder, aplicada em dobro na primeira reincidência.

II - Persistindo a reincidência, além de nova multa em dobro, não será permitido ao estabelecimento infrator continuar com suas atividades, as quais ficarão suspensas até a regularização dos materiais em seu poder.

III - A penalidade de interdição poderá ser afastada, se o estabelecimento fornecer informações suficientes para a identificação do responsável pela venda.

Art. 4º São objetivos desta Lei:

I - desestimular a comercialização clandestina de fios, cabos, elementos de rede e equipamentos necessários ao fornecimento de serviços de telefonia, energia elétrica e transferência de dados, tendo em vista o seu alto valor no mercado negro;

II - controlar e fiscalizar de modo eficaz a execução das atividades dos estabelecimentos de comercialização desses produtos, pela identificação e correção de eventuais abusos, desvios, fraudes administrativas e crimes;

III - diminuir o furto, o roubo e a receptação de fios, cabos, elementos de rede e equipamentos cuja função seja possibilitar a prestação de serviços de energia elétrica ou de serviços de telecomunicações, subtraídos de empresas e concessionárias, públicas ou privadas;

IV - combater e impedir o crescimento do crime organizado em Ubá, mediante o estímulo às empresas e concessionárias, públicas ou privadas, para que informem ou denunciem irregularidades que contribuam para a identificação e a apuração de infrações administrativas e penais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Ubá/MG, 31 de maio de 2022.

**VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS**

Presidente da Câmara Municipal de Ubá